

Analfabetismo e diploma

JORNAL DA TARDE

Lenildo Tabosa Pessoa

Os rumores de uma possível extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalismo, para quem pretenda trabalhar em jornal, vêm causando preocupação e apreensão entre os mais jovens rebentos da classe. Tais reações são perfeitamente compreensíveis, uma vez que milhares de jornalistas saídos, ultimamente, das linhas de montagem das fábricas de comunicadores correm o perigo de ter enfrentado as agruras de um vestibular e feito um curso superior para obter um diploma que deixará de ter valor prático.

É um drama humano que não pode deixar de ser levado em consideração, principalmente porque esses jovens comunicólogos foram vítimas de um logro montado pela irresponsabilidade de governos passados. Como muitos deles observam, já hoje trabalham ou escrevem em jornais muitas pessoas que não são jornalistas. Com a eliminação da obrigatoriedade do diploma, esse número aumentará sem limites, cortando de uma vez as escassas possibilidades dos egressos das fábricas de comunicadores.

Essas possibilidades já são escassas, porém, porque as próprias escolas de comunicação constituem um problema fabricante de outros problemas e essa é uma situação para a qual não se pode também deixar de voltar a atenção, inclusive porque também ela é geradora de dramas humanos.

Criou-se no País, há muito tempo, a mentalidade de que todos os cidadãos têm de ter um diploma. Recordamos, dos tempos de estudante, um livro francês, no qual estudamos inglês. Uma pequena frase, colocada entre tantas outras, sem maiores pretensões, apenas com o objetivo de treinar os alunos, observava que muita gente que ostenta um diploma seria muito mais feliz trabalhando como operária. O sentido da afirmação era, evidentemente, o de que a realização profissional deveria vir antes de qualquer outra, na escolha de uma atividade.

No Brasil de hoje, quase não há realização profissional, como objetivo de vida; há apenas aspiração diplomal. Aspira-se a um diploma, qualquer que ele seja. As faculdades de Direito eram, antes, o principal refúgio dos garimpeiros intelectuais interessados em pedras de anéis. O diploma de bacharel em ciências jurídicas, porém, exige pelo menos cinco anos de contato com as leis, uma experiência talvez um pouco árida para os não vocacionados, ao passo que, para ser jornalista, não é necessário sequer saber português.

De resto, os jornais já não são escritos em português; as rádios, seguindo em sua esteira, eliminam os artigos de suas manchetes; a Voz do Brasil elimina-os até dos textos das notícias e o narrador de futebol da Globo está introduzindo a novidade analfabética também na transmissão das partidas da Copa, dizendo, por exemplo, juiz apitou falta ou jogador espanhol estava impedido.

Para evitar embaraços aos que não sabem a

língua, já se está providenciando uma reforma ortográfica de caráter analfabético, faltando apenas, para completar o quadro, que se eliminem de uma vez as regências dos verbos e adjetivos e se transforme o português em uma língua democrática, que cada um fale e escreva como bem entender.

Voltando, porém, ao que dizíamos acima, as faculdades de Direito eram o refúgio dos caçadores de diplomas. Com a abertura das escolas de comunicação, milhares de jovens correm para seus bancos, para aprender técnicas de jornalismo que, em muitos casos, jamais irão usar, ou que terão de reaprender, na prática, enquanto, no que diz respeito ao instrumento de comunicação, a língua, saem das escolas tão inocentes quanto no dia da primeira aula.

Munidos de um diploma, porém, esses jovens se consideram, com certo direito, credenciados para uma vaga em um mercado de trabalho limitado e de mobilidade extremamente lenta, passando a alimentar frustrações quando percebem que o diploma os credenciou, na realidade, apenas a ser novos desempregados na categoria.

No que diz respeito aos jornais, forçados a aceitar apenas diplomados, vêm apresentando, de modo geral, uma espantosa queda de nível e de qualidade. Órgãos de imprensa que, há apenas alguns anos, eram usados por professores como exemplo e como texto de leitura para seus alunos, pela ótima qualidade de sua redação, hoje não serviriam sequer para os iniciantes do Mobral.

O desconhecimento do português que caracteriza a maioria dos diplomados em jornalismo não é, certamente, de responsabilidade exclusiva das escolas de comunicação, que, muitas vezes, têm apenas o mérito de ter respeitado a cultura de seus alunos, evitando violentá-la com a administração de conhecimentos novos. A lastimável situação é fruto de uma queda geral do nível do ensino no País, a começar pelas escolas primárias.

O grande problema da exigência do diploma de comunicações, de quem pretenda trabalhar em jornal, é, entretanto, outro. Uma escola de engenharia ministra um conhecimento específico e pode formar ótimos engenheiros, que sejam profissionais capacitados em sua profissão, embora nada entendam de medicina. Da mesma maneira, as faculdades de medicina podem formar ótimos médicos que nada entendam de engenharia e assim por diante.

O jornal, porém, se dirige a médicos, a engenheiros e a profissionais de todas as áreas, que querem encontrar, em suas páginas, os assuntos de sua especialidade, tratados com profundidade e competência. Para atender a essa necessidade, as escolas de comunicação teriam de formar especialistas nos mais diversos setores, o que significa que teriam de ser não simples escolas de jornalismo, mas enormes universidades, o que está muito longe de sua capacidade.